

1.4.14. Processo nº 001201-031/2015

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Empresa de Transporte Alter do Chão

Origem: 10º PJ de Santarém

Assunto: Apurar o possível descumprimento do horário e da rota da linha de ônibus Aeroporto-Cuiabá, de responsabilidade da sociedade empresária Alter-do-Chão, no município de Santarém.

1.4.15. Processo nº 000272-151/2016

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, Rubens José Araújo Ferreira

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível irregularidade na execução do Termo de Compromisso n.º 483/2011-Apoio Esportivo.

1.4.17. Processo nº 000114-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Belém - CMB

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas contratações das empresas M.L. Rocha e C.G. Costa pela Câmara Municipal de Belém.

1.4.18. Processo nº 000132-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeito Municipal de São Domingos do Araguaia

Origem: PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar a utilização de veículos públicos na campanha eleitoral.

1.4.19. Processo nº 000121-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Redenção

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar atos de improbidade administrativas da Prefeitura Municipal de Redenção nos exercícios financeiros de 1998 e 2003.

1.4.20. Processo nº 004204-031/2015

Requerente(s): Luiz Napoli, José Maria Guedes

Requerido(s): Ezequiel Martins Roza, Edio Otalibio Alves

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar um possível conflito fundiário ocorrido na Gleba São Benedito II, localizada no município de Jacareacanga, tendo como interessado o senhor Luiz Napoli.

1.4.21. Processo nº 000031-911/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Agências Bancárias do Município de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa envolvendo agências bancárias de Marabá, no que se refere ao pagamento de alvará de funcionamento à Prefeitura Municipal, configurando dano ao erário.

Os itens 1.4.22 e 1.4.23 foram julgados em bloco

1.4.22. Processo nº 000121-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escolas de Icoaraci e Outeiro

Origem: 1ª PJ Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Verificar a existência de Plano Anual, Calendário Escolar e Plano de Aplicação de verba de acordo com as necessidades das escolas Estaduais localizadas no Distrito de Icoaraci e Outeiro.

1.4.23. Processo nº 000125-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escolas de Icoaraci e Outeiro

Origem: 1ª PJ Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Verificar a existência de Projeto Pedagógico, nas Escolas Estaduais de Icoaraci e Outeiro, se existe projeto e se estar atualizado.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento dos presentes feitos, referente aos itens 1.4.22 e 1.4.23, determinando a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que promova a retificação da Portarias nº 013/2013 e 016/2013 – 1º PJCivDCC, para que os denomine como Procedimento Administrativo e, em seguida, adote as demais providências pertinentes. Outrossim, caso tenha ocorrido a instauração de Procedimento Administrativo, que sejam anulados os efeitos de tais Portarias.

Registraram-se ausência justificada da Exma. Conselheira, Dra. Leila Maria Marques Moraes, nos itens 1.4.11, 1.4.12, 1.4.16, 1.4.22 e 1.4.23.

1.5. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

Os itens 1.5.1 e 1.5.3 foram julgados em bloco:

1.5.1. Processo nº 000365-477/2016

Requerente(s): M.A.E.C., E.F.C.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Providências a fim de garantir procedimento cirúrgico à paciente idoso de 86 anos.

1.5.3. Processo nº 000162-200/2016

Requerente(s): M.S.F.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Providências a fim de garantir a internação da Senhora M.S.F. para realização de procedimento.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento, referentes aos itens 1.5.1 e 1.5.3, nos moldes do art. 12 da Resolução nº 174/2017/CNMP, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem, uma vez que não há necessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior para efeito de homologação de arquivamento de Procedimento Administrativo.

1.5.2. Processo nº 005790-131/2016

Requerente(s): T.S.P.S.

Requerido(s): Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDAC

Origem: 3º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar suposta irregularidade na indicação de candidatos a Conselheiro Tutelar no Distrito de Icoaraci.

O item foi retirado de pauta a pedido da Exma. Conselheira Relatora.

1.5.4. Processo nº 000506-027/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Tucuruí - Prefeitura Municipal

Origem: 3º PJ de Tucuruí

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa devido a eventuais irregularidades e atrasos nos pagamentos de diárias de Tratamento Fora do Domicílio - TFD por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Tucuruí.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, imprescindíveis à decisão, devendo os autos ser remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, nos termos do art.23, §3º, item I, da Resolução nº 010/2011-CPJ, para que:

Oficie à Secretaria Municipal de Saúde requisitando cópia dos comprovantes de depósitos, transferências e cheques das pessoas relacionadas às fls. 133/139, bem como dos denunciante que não constam das listas, bem como comprove a disponibilização das 155 passagens rodoviárias por semana;

Notifique os nove denunciante para que prestem esclarecimentos quanto aos pagamentos da TFD, e regularização do programa;

E, que no caso de comprovação do cumprimento integral do TAC, cientifique todos os interessados, nos moldes do §1º, do art. 23, da Resolução n.º 010/2011-CPJ e encaminhe os autos para julgamento;

Ou tome as providências de estilo, com os ulteriores de direito.

Os itens da pauta da Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo foram julgados após o intervalo do almoço, sob a presidência da Dra. Dulcinda Lobato Pantoja.

2. Comunicação de vagas.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO da existência das vagas e DECIDIU pela abertura dos editais para os seguintes cargos:

01 (uma) vaga para Promoção à 3ª entrância: 2º PJ de Mosqueiro (Merecimento);

01 (uma) vaga para Remoção na 1ª entrância: 2º PJ de São Félix do Xingu (Merecimento);

3. O que ocorrer.

Não houve registro.

Belém-PA, 01 de novembro de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 244515**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****(PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME****ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)****Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 016/2017-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO 041/2016-MP/PA**Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e **PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA** (CNPJ/MF sob nº 02.295.753/0001-05)

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Copeiragem, de Recepcionista e de Telefonista nas Dependências do Ministério Público do Estado do Pará

Data da Assinatura: 06/02/2017

Vigência: 07/02/2017 a 06/02/2018

Preços Registrados:

Lote III - Nordeste I					
Item	Serviço	Unid	Qtd (A)	Valor unitário (B)	Valor mensal (A x B) = (C)
07	Serviços de Recepcionista	Posto	4	2.789,77	11.159,08
08	Serviços de Telefonista	Posto	4	2.882,91	11.531,64
09	Serviços de Copeiragem	Posto	2	2.402,60	2.805,20
Total do Lote III					27.495,92

O valor global anual estimado desta Ata é de R\$ 329.951,04.

Foro: Belém - PA

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves
Endereço da Contratada: Trav. Dr. Moraes nº 740 - Alameda Amazônia n.º 55 - Bairro Batista Campos - Belém/PA - CEP: 66.045-590, TEL/FAX: (91) 3222-3537, Email: **comercial@projebel.com.br****Protocolo: 144324****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**(Publicação trimestral conforme art. 15, §2º da Lei nº 8.666/93)
Nº da Ata de Registro de Preços: 021/2017-MP/PAModalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 062/2016-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e **MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA. - EPP**, (CNPJ/MF sob nº 09.208.840/0001-19)

Objeto: Registro De Preços Para Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos, Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

Data da Assinatura: 06/02/2017

Vigência: 07/02/2017 a 06/02/2018

Preços Registrados:

Item	Especif cação	Marca	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$
02	FRIGOBAR COM CAPACIDADE DE 80 LITROS, ALIMENTAÇÃO: 127 VOLTS, COM DISPENSER DE BEBIDAS NA PORTA, COR BRANCA, SELO PROCEL CLASSE A.	ELECTROLUX Modelo: RE82	un	100	734,00

Foro: Belém - PA

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves
Endereço da Contratada: Rua Santa Fé, nº 52 Sala B - Bairro Centro - CEP 83.324-230, na cidade de Pinhais - PR., Telefone/fax (41) 3026-7182, email: mlj@laucomercio.com**Protocolo: 144367****PORTARIA Nº 004/2015-MP/PJSC**A Representante do Ministério Público Estadual, **DRA. MARILUCIA SANTOS SALES**, Titular da Promotoria de Justiça de São Caetano de Odivelas/PA, torna pública a instauração de Inquérito Civil que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de São Caetano de Odivelas/PA, situada nesta cidade, na Av. São Benedito s/nº - Centro, (Prédio do Fórum) - CEP 68.775-000, Tel.: (91) 3767-1139.**INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2015-MP/PJSCO.**REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA.

ASSUNTO: DESCUMPRIMENTO PELO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS DO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009, COM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de fevereiro de 2016.

MARILÚCIA SANTOS SALES

Promotora de Justiça Titular

Protocolo: 244284**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO: 000209-440/2015****Instauração:** 28/01/2016**Investigante:** 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua**Origem:** Denúncia por meio do Auto de Infração lavrado pela SEMA contra DUPARA MADEIRAS LTDA ME.**Objeto:** Apurar a existência de irregularidade ambiental da empresa DUPARA MADEIRAS LTDA, localizada na Rua Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, Ananindeua-PA, 28 de janeiro de 2016.**BEZALIEL CASTRO ALVARENGA**

Promotor de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Promotor de Justiça

Protocolo: 244297